

Leonardo Boff

É teólogo e filósofo

➤ A democracia tem por pressuposto a igualdade de direitos dos cidadãos e o combate aos privilégios. Quando a igualdade é ferida, abre-se espaço para o conflito de classes, a criação de elites privilegiadas, a subordinação de grupos, a corrupção: fenômenos visíveis em nossas democracias de baixíssima intensidade

A desigualdade e a taxação das riquezas

Está causando furor entre os leitores de assuntos econômicos, economistas e principalmente pânico entre os muito ricos um livro de 700 páginas escrito em 2013 e publicado em muitos países em 2014. Transformou-se num verdadeiro best-seller. Trata-se de uma obra de investigação, cobrindo 250 anos, de um dos mais jovens (43 anos) e brilhantes economistas franceses, Thomas Piketty. O livro se intitula “O Capital no Século XXI” (Seuil, Paris 2013). Aborda fundamentalmente a relação de desigualdade social produzida por heranças, rendas e principalmente pelo processo de acumulação capitalista, tendo como material de análise particularmente a Europa e os EUA.

A tese de base que sustenta é: a desigualdade não é acidental, mas é o traço característico do capitalismo. Se a desigualdade persistir e aumentar, a ordem democrática estará fortemente ameaçada. Desde 1960, o comparecimento dos eleitores nos EUA diminuiu de 64% (1960) para pouco mais de 50% (1996), embora tenha aumentado ultimamente. Tal fato deixa perceber que é uma democracia mais formal que real.

Esta tese, sempre sustentada pelos melhores analistas sociais e repetida muitas

vezes pelo autor destas linhas, se confirma: democracia e capitalismo não convivem. E se ela se instaura dentro da ordem capitalista, assume formas distorcidas e até traços de farsa. Onde ela entra, estabelece imediatamente relações de desigualdade, o que, no dialeto da ética, significa relações de exploração e de injustiça. A democracia tem por pressuposto básico a igualdade de direitos dos cidadãos e o combate aos privilégios. Quando a igualdade é ferida, abre-se espaço para o conflito de classes, a criação de elites privilegiadas, a subordinação de grupos, a corrupção: fenômenos visíveis em nossas democracias de baixíssima intensidade.

Piketty vê os EUA e a Grã Bretanha, onde o capitalismo é triunfante, como os países mais desiguais; o que é atestado também por um dos maiores especialistas em desigualdade Richard Wilkinson. Nos EUA, executivos ganham 331 vezes mais que um trabalhador médio. Eric Hobsbawm, numa de suas últimas intervenções antes de sua morte, diz claramente que a economia política ocidental do neoliberalismo “subordinou propositalmente o bem-estar e a justiça social à tirania do PIB: visa-se ao maior

crescimento econômico possível, deliberadamente inequalitário”.

Em termos globais, citemos o corajoso documento da Oxfam intermón, enviado aos opulentos empresários e banqueiros reunidos em Davos em janeiro deste ano, como conclusão de seu “Relatório Governar para as Elites, Seuquestro democrático e Desigualdade econômica”: 85 ricos têm dinheiro igual a 3,57 bilhões de pobres do mundo.

O discurso ideológico aventado por esses plutocratas é que tal riqueza é fruto de ativos, de heranças e da meritocracia; as fortunas são conquistas merecidas, como recompensa pelos bons serviços prestados. Ofendem-se quando são apontados como o 1% de ricos contra os 99% dos demais cidadãos, pois se imaginam os grandes geradores de emprego.

Os ganhadores do Prêmio Nobel J. Stiglitz e P. Krugman têm mostrado que o dinheiro que os banqueiros receberam do governo para salvar os seus bancos e empresas mal foi empregado na geração de empregos. Entrou logo na ciranda financeira mundial, que rende sempre muito mais sem precisar trabalhar. E ainda há 21 trilhões de dólares, de 91 mil pessoas, nos paraísos fiscais.

Como é possível estabelecer relações mínimas de equidade, de participação, de cooperação e de real democracia quando se revelam estas excrescências humanas, que se fazem surdas aos gritos que sobem da Terra e não enxergam as chagas de milhões de semelhantes?

Voltemos à situação da desigualdade no

Brasil. Orienta-nos o nosso melhor especialista na área, Márcio Pochmann (veja também “Atlas da exclusão social – os ricos no Brasil”, Cortez, 2004): 20 mil famílias vivem da aplicação de suas riquezas no circuito da financeirização, portanto ganham através da especulação. Continua Poschmann: “Os 10% mais ricos da população impõem, historicamente, a ditadura da concentração, pois chegam a responder por quase 75% de toda riqueza nacional. Enquanto os 90% mais pobres ficam com apenas 25%” (Le Monde Diplomatique, outubro 2007).

Segundo dados de 2005 de organismos econômicos da ONU, o Brasil era o oitavo país mais desigual do mundo. Mas graças às políticas sociais dos últimos dois governos, diga-se honrosamente, o Índice de Geni (que mede as desigualdades) passou de 0,58 para 0,52. Em outras palavras, a desigualdade, embora continue enorme, caiu 17%.

Piketty não vê caminho mais curto para diminuir as desigualdades do que a severa intervenção do Estado e da taxação progressiva da riqueza – até 80% – o que apavora os super-ricos. Sábias são as palavras de Eric Hobsbawm: “O objetivo da economia não é o ganho, mas sim o bem-estar de toda a população; o crescimento econômico não é um fim em si mesmo, mas um meio para dar vida a sociedades boas, humanas e justas”.

E, como um gran finale, vai a frase de Robert F. Kennedy: “O PIB inclui tudo, exceto o que faz a vida valer a pena.”

Dirceo Antonio Leme de Melo

É presidente da Associação dos Parceiros de Ensino Telepresencial (Apet/Brasil)

➤ A educação pública, que deveria ser inclusiva, é fator de exclusão especialmente em nível superior

O país do sinal trocado e das promessas vãs

Nosso insólito país é realmente *sui generis*. Na área da justiça e segurança pública, quem deveria cuidar das florestas, dos rios, oceano, entre outros, não o faz, pois quer investigar entrando na seara da Polícia Judiciária. Essa, por sua vez, em vez de investigar, em pleno século XXI ainda é “babá de presos”, deixando sua tarefa constitucional de lado. A polícia que deveria estar nas

ruas fazendo o policiamento ostensivo/preventivo encontra-se aquartelada e alguns setores sem fardas.

O Executivo, em vez de cumprir papel de executar, quer legislar através de Medida Provisória. O Legislativo, ao contrário, quer holofotes e perpetuação de negociatas via CPIs, deixando a tarefa de legislar para o Executivo e também ao Judiciário.

Alceu Amoroso Lima resumiu com propriedade a incoerência tupiniquim: “Tivera coroa antes de ter povo. Tivera parlamentarismo antes de ter eleições. Tivera escolas superiores antes de ter alfabetismo. Tivera bancos antes de ter economias”.

A educação pública, que deveria ser inclusiva, é fator de exclusão especialmente em nível superior em que aqueles que podem pagar ocupam vagas daqueles que não podem.

A saúde pública, em vez de curar doenças e buscar uma sociedade saudável, quer é vender medicamentos mantendo a população adoentada.

A “marolinha” foi empurrada e explodiu numa crise brava e sem pre-

cedentes, muito embora o governo federal em período pré-eleitoral tente encobrir fatos que o brasileiro está sentindo no bolso.

Muito comentado nas ruas, o “padrão-Fifa” não é encontrado na saúde, na educação, na segurança pública e nem tampouco nas obras da Copa do Mundo. Sobram o padrão-patifaria, padrão-promessa não cumprida, padrão-gambiarra, padrão-me engana que eu gosto entre outros.

Enfim, o país à beira do abismo, com um pibinho ridículo e em que o petróleo nunca foi nosso (que dirá Pasadena). já teve uma frase célebre: “este é um país que vai pra frente!” Quem dará o primeiro passo?